



EDUCAÇÃO E TRABALHO COMO DEMANDA DA JUVENTUDA FAXINALENSE DO ESTADO DO PARANÁ À EDUCAÇÃO DO CAMPO

Willian Simões – UFPR/ENCONTTRA¹

Resumo: O presente trabalho, em sua fase inicial, como fruto de uma experiência junto aos sujeitos da pesquisa – jovens que habitam os territórios das Comunidades Tradicionais de Faxinais do Estado do Paraná – pretende apresentar a relação entre Educação e Trabalho como realidade vivida e como demanda formativa da juventude faxinalense à Educação do Campo. Desta forma, o texto está estruturado em três momentos. No primeiro, algumas reflexões e indagações necessárias para uma melhor compreensão sobre os sujeitos da pesquisa, os jovens faxinalenses. No segundo, o objetivo foi de trazer algumas considerações sobre o método utilizado para apreensão da realidade vivida. E por fim, apresentamos uma discussão inicial sobre a interface entre Educação e Trabalho que passamos a entender como uma demanda da juventude faxinalense enquanto processo formativo na perspectiva da Educação do Campo.

Palavras Chaves: Educação – Trabalho – Juventude Faxinalense – Educação do Campo.

Introdução

Nesta última década, como resultado do avanço de agroestratégias² e processos de desterritorialização³ conduzidas por ações de diferentes representações consideradas públicas e privadas nos territórios rurais brasileiros, temos evidenciado mais fortemente nesta última década, a emergência de mobilizações realizadas pelos chamados Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil (ALMEIDA, 2006; ALMEIDA, 2009) entre eles: os quilombolas, os

¹ É doutorando em Geografia, pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná (2011-2015). Membro do Observatório da Educação, pesquisa Juventude, Escola e Trabalho, coordenado pela Profa. Dra. Mônica Ribeiro. Membro do Coletivo de Estudos sobre Conflitos pela terra e pelo território (ENCONTTRA), coordenado pelo Prof. Dr. Jorge Ramón Montenegro Gómez.

² Para Almeida (2009, p. 102), as agroestratégias “compreendem um conjunto heterogêneo de discursos, de mecanismos jurídico-formais e de ações ditas empreendedoras. Abrangem tanto estudos de projeção, que tratam das oscilações de mercado e suas tendências – relatórios da Organização das Nações Unidas para a Agricultura e Alimentação (FAO), do Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (Pnud), do Departamento de Agricultura dos Estados Unidos (USDA, na sigla em Inglês) – bem como de ajustes na carga tributária de produtos e insumos utilizados em produtos alimentares considerados básicos [...] Compreendem um conjunto de iniciativas para remover os obstáculos jurídico-formais à expansão do cultivo de grãos e para incorporar novas extensões de terras aos interesses industriais, numa quadra de elevação geração do preço das commodities agrícolas e metálicas.

³ [...] desterritorialização, aqui, é vista em seu sentido forte, ou aquele que podemos considerar o mais estrito, a desterritorialização como exclusão, privação e/ou precarização do território enquanto recurso ou apropriação (material e simbólico) indispensável à nossa participação efetiva como membros de uma sociedade (HAESBAERT, 2006, p. 314).

seringueiros, os ilhéus e ribeirinhos do litoral e do interior, os pescadores e pescadoras artesanais, as quebradeiras de coco dos Babaçuais Livres, em particular para este trabalho, as Comunidades Tradicionais de Faxinais que habitam os territórios rurais do Estado do Paraná. As Comunidades Tradicionais de Faxinais se concentram, principalmente, em áreas do Bioma da Mata com Araucária, com destaque aos municípios localizados na porção sul da Região Metropolitana de Curitiba e do chamado Território Centro-Sul do Estado do Paraná⁴.

É possível dizer que uma das manifestações marcantes no modo de vida faxinalense está no uso coletivo da terra para a habitação e a criação de animais, que ocorre de forma peculiar no chamado Criadouro Comum. É no Criadouro Comum que, de forma articulada e indissociável, as suas espacialidades se destacam, “o cotidiano, as rodas de conversa e chimarrão, a divisão do trabalho, a forma de construção das casas, as festas religiosas e pagãs, compõem uma estrutura e as representações de um modo de vida faxinalense” (SAHR; CUNHA, 2005 p. 95).

Em muitos trabalhos que analisam esse modo de vida (SAHR, 2005a ; BARBOSA, 2007; ALMEIDA; SOUZA, 2009, entre outros) estão presentes afirmações de que a estrutura e as representações desse modo de existir e resistir estão alicerçadas na vida comunitária, solidária e de união.

Na atualidade, os faxinalenses se encontram em diferentes situações de conflito, seja contra o Estado – a falta ou impactos negativos de políticas públicas que não levam em consideração o modo de vida nos Faxinais – contra o agronegócio – que vem avançando sobre o território faxinalense – ou ainda contra a sua marginalização ou invisibilidade étnica frente à sociedade em geral – que muitas vezes ignora ou interpreta as manifestações típicas do modo de vida faxinalense como sendo atrasada e que precisa ser superada (FAXINAIS, 2007; FAXINAIS, 2007b).

É neste contexto, permeado pelas especificidades do modo de vida nos faxinais e seus conflitos territoriais é que pretendemos avançar em nossa inserção científica junto aos jovens que habitam as Comunidades Tradicionais de Faxinais.

No que diz respeito à juventude faxinalense, torna-se possível evidenciar situações de conflito com seu modo de vida, como no caso das práticas e ofícios tradicionais (benzedeiros(os), costureiras(os), curandeiras(os), parteiras(os), entre outros), que têm se apresentado como não sendo de interesse dos referidos sujeitos (FAXINAIS, 2007b).

⁴ Desde 2004, o Instituto Ambiental do Paraná tem sinalizado a existência de aproximadamente 44 Comunidades de Faxinais com criadouro coletivo. Segundo Souza e Almeida (2009), a partir de outras possibilidades de classificações para além da existência do Criadouro Coletivo, existem cerca de 227 comunidades faxinalenses espalhados no Estado do Paraná.

No Faxinal Taquari dos Ribeiros, localizado no município de Rio Azul – PR, Simões (2009) evidenciou que, diante do não reconhecimento étnico na escola e no processo de ensino-aprendizagem – típico da Educação Rural – , somado à falta de políticas públicas de cultura, lazer, renda, entre outras que visam a melhoria da qualidade de vida dos faxinalenses, articulado aos impactos negativos do trabalho com o fumo, os jovens, embora expressem a vontade de continuidade do modo de vida no Faxinal, não vêem suas vidas adultas dentro dele – acreditam que na cidade suas vidas serão melhores.

Diante disso, tomado por uma permanente inquietação, no intuito de ampliarmos a nossa compreensão sobre a realidade desses jovens que vivem em territórios faxinalenses⁵, objetivando uma aproximação direta com os sujeitos jovens, algumas perguntas se fizeram presentes: Quem são os jovens quem habitam os faxinais e o que sabem sobre as especificidades territoriais de suas comunidades? Como estes definem “ser jovem no Faxinal”? Como se relacionam com seus territórios (faxinalenses – não faxinalenses)? Quais são os espaços e processos formativos presentes em seu modo de vida e quais suas contribuições para sua construção/visão de mundo e de comunidade? Que processos formativos demandam, pensando em questão de políticas públicas educacionais? Quais os anseios para o presente e para o futuro na comunidade ou fora dela?

Para este escrito, considerando a fase inicial desta pesquisa que ao longo de sua maturação resultará em nossa tese de doutorado, será apresentado, como resultado de uma primeira aproximação junto a jovens de diferentes Comunidades Tradicionais de Faxinais, a interface entre Educação e Trabalho como demanda às políticas públicas educacionais.

Nesse sentido, o texto está estruturado em três momentos. No primeiro, algumas reflexões e indagações necessárias para uma melhor compreensão sobre os sujeitos da pesquisa, os jovens faxinalenses. No segundo, o objetivo foi de trazer algumas considerações sobre o método utilizado para apreensão da realidade vivida. E por fim, apresentamos uma discussão inicial sobre a interface entre Educação e Trabalho que passamos a entender como uma demanda da juventude faxinalense enquanto processo formativo na perspectiva da Educação do Campo.

1. Juventude Rural - Juventude faxinalense: definindo os sujeitos da pesquisa

⁵ Pretende-se desenvolver os trabalhos de pesquisa junto aos jovens das comunidades ligados, em particular, ao movimento social denominado “Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses”.

A busca pela delimitação de quem seriam realmente os sujeitos da pesquisa, nos levou à leitura crítica de diferentes trabalhos científicos que resultaram em publicações, que foram e continuam nos revelando uma diversidade de abordagens sobre os sujeitos denominados de forma mais ampla como “Juventude Rural”.

Neste mergulho, entre nossas questões problematizadoras/orientadoras estava a que nos levou a buscar nos trabalhos analisados a compreensão dada pelos pesquisadores à categoria juventude rural no contexto de suas pesquisas (as tendências de categorização enquanto sujeitos centrais da pesquisa), assim como, em quais realidades essa categoria passou a ser evocada, o que nos permitiu evidenciar que essa categoria se forja nas diferentes realidades analisadas, também, enquanto resultado da relação sociedade-espço.

Para aprofundarmos esta reflexão, esta seção está dividida em dois momentos. No primeiro momento o objetivo foi tecer, a partir de nossas leituras, algumas considerações sobre a categoria Juventude Rural e, no segundo momento, registrar as primeiras reflexões que nos levaram ao recorte da juventude no contexto das Comunidades Tradicionais de Faxinais e sinalizar os caminhos tomados para uma primeira aproximação junto a esta categoria – a juventude faxinalense.

1.1 Diferentes compreensões sobre a Juventude Rural enquanto sujeito de pesquisas

O mergulho analítico na literatura consultada nos permitiu evidenciar que pesquisar os jovens que habitam as mais diferentes realidades rurais deste país ainda é desafio permanente entre pesquisadores. Embora a temática tenha ganhado espaço nos últimos anos na agenda de estudos em diferentes campos do conhecimento (com destaque para a Antropologia, a Sociologia e a Educação), é possível afirmar que ainda é baixo os índices de pesquisa e muito se tem a revelar sobre a diversidade da vida dos sujeitos jovens no campo (SILVA, 2002; WEISHEIMER, 2005; CASTRO, 2009).

Em relação ao baixo índice de pesquisas Castro (2009, p. 182) afirma que “uma possível explicação pode ser o fato de aqueles identificados como juventude rural serem percebidos como uma população específica, uma minoria da população jovem do país”.

Silva (2002, p.100) já apontava que

[...] se a juventude rural brasileira era ou ainda é pouco pesquisada, quando surgem pesquisas, estas referem-se ao jovem apenas na condição de aprendiz de agricultor no interior dos processos de socialização e de divisão social do trabalho no seio da unidade familiar, o que os tornam adultos precoces já que passam a ser enxergados unicamente pela ótica do trabalho.

Embora estejam sinalizados os baixos índices de pesquisas envolvendo a categoria Juventude Rural, o levantamento bibliográfico⁶ sobre a inserção da temática “Juventude Rural” em pesquisas realizadas entre os anos de 1990 e 2004 realizados por Weisheimer (2005), que revelou a existência de apenas 50 trabalhos realizados por 36 pesquisadores brasileiros, permitiu evidenciar um considerável aumento dessa temática em pesquisas, quando ele identificou que “86% dos trabalhos se concentram entre 2001 e 2004 (CASTRO, 2009).

Em relação à categoria Juventude Rural, a partir de nossos pressupostos, corroboramos com a compreensão de que é uma “categoria histórica” (SOUZA, 2003, p. 45). Enquanto categoria histórica, não nos propomos a delimitar uma faixa etária como sendo definidora da identificação do “ser jovem”, pois passamos a compreender que os fatores que contribuem para essa identificação, modificam de acordo com o contexto vivido.

Sobre a categoria juventude de forma mais ampla, Dayrell (2003) em uma pesquisa qualitativa a partir da convivência com jovens de camadas populares ligados a grupos musicais, em particular, o *rap* e o *funk*, afirma ser muito comum a juventude ser compreendida como:

[...] na sua condição de transitoriedade, na qual o jovem é um “vir a ser”, tendo no futuro, na passagem para a vida adulta, o sentido das suas ações no presente. Sob essa perspectiva, há uma tendência de encarar a juventude na sua negatividade, o que ainda não chegou a ser, negando o presente vivido.

Além dessa condição de transitoriedade, que culmina na negação de um ser jovem que vive a história do presente, escreve sobre mais duas tendências, a de uma concepção romântica de juventude ou a juventude como “momento de crise”.

Na concepção romântica

“a juventude seria um tempo de liberdade, de prazer, de expressão de comportamentos exóticos. A essa idéia se alia a noção de moratória, como um tempo para o ensaio e erro, para experimentações, um período marcado pelo hedonismo e pela irresponsabilidade, como uma relativização da aplicação de sanções sobre o comportamento juvenil (DAYRELL, 2003, p. 41)

Enquanto momento de crise, a juventude é compreendida como

⁶ Considerou-se a produção acadêmica disponível na rede mundial de computadores (internet), baseando-se na análise de resumos e teses, dissertações, livros e artigos publicados nas seguintes fontes: banco de teses da Capes, Dedalus, BDTD e aos sites de todas as universidades brasileiras; para os artigos foram utilizados o portal de periódicos Capes, os sites das associações científicas (ABA, Anped, Anpocs, Anppas, SEB e Sober); Scielo; Ibict-CCN, Google, Amazon e Biblioteca Nacional.

[...] uma fase difícil, dominada por conflitos com a auto-estima e/ou com a personalidade. Ligada a essa idéia, existe uma tendência em considerar a juventude como um momento de distanciamento da família, apontando para uma possível crise da família como instituição socializadora [...] (DAYRELL, 2003, p. 41).

Na contraposição a estas compreensões o autor afirma:

[...] que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado, e, no seu interior, cada grupo social vão lidar com esse momento e representa-lo. Essa diversidade se concretiza com base nas condições sociais (classes sociais), culturais (etnias, identidades religiosas, valores) e de gênero, e também das regiões geográficas, dentre outros aspectos (DAYRELL, 2003, p. 42).

A pesquisa realizada por Weisheimer (2005) que buscou apresentar um panorama do debate acadêmico sobre a temática da juventude rural no Brasil durante o período de 1990-2004 revelou, pelo menos, cinco tendências de categorização: 1) a Juventude Rural como faixa etária; 2) A juventude como período de transição ou ciclo da vida; 3) O enfoque nas gerações; 4) a Juventude como cultura ou modo de vida; 5) Juventude como representação social e auto-representação.

. Ancorado em suas leituras, o referido pesquisador afirmou que:

[...] Esta abordagem permite-nos entender a constituição de diferentes expressões juvenis, ou seja, percebe a juventude como realidade múltipla, fundada em representações sociais diversas. Entre as diferentes representações acerca do que é a juventude, temos aquelas elaboradas pelos próprios jovens. Essa forma de categorizar é bastante interessante para a apreensão das identidades evocadas pelos atores sociais, sejam elas coletivas e individuais [...] (WEISHEIMER, 2005, p. 26).

Em leituras recentes de um trabalho que procurou aglutinar um conjunto de textos relacionados à temática Juventude e Políticas Sociais no Brasil, publicado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), pudemos evidenciar que, em se tratando de recorte demográfico e para gestão de políticas públicas, a juventude é compreendida de forma geral como sendo homens e mulheres que se encaixam na faixa etária entre 15 e 29 anos (CAMARANO; MELLO; KANSO, 2009, p. 73).

Ainda na publicação do IPEA, em se tratando de Juventude Rural, além da referida faixa etária, se considera a residência na “zona rural”, assim como, as reflexões que consideram a existência de marcadores de identificação do “ser jovem”, tais como: “faixa etária, período de transição para a vida adulta, aceitação/contraposição a valores e práticas

sociais tradicionais, especificidades na interação social e absorção de novos comportamentos (FERREIRA; ALVES; 2009, p. 247).

Uma importante ação realizada em âmbito nacional, ocorrida entre os dias 27 e 30 de abril de 2008 precisa ser lembrada: a 1ª Conferência Nacional de Juventude. Conferência esta que reuniu em Brasília representantes jovens de todos os estados brasileiros para discutir elementos necessários para orientar o desenvolvimento de políticas públicas. Um documento produzido nesta conferência denominado “Resoluções e Prioridades por Tema” é revelador no que diz respeito ao caráter de urgência do desenvolvimento de políticas públicas voltadas à juventude, construídas e acompanhadas pelos jovens.

Neste documento, no que diz respeito à Juventude do Campo, é possível perceber que as ansiedades dos jovens demonstram suas necessidades mais imediatas, aquelas que procuram garantir sua permanência no lugar em que vivem, com direito ao acesso à serviços que lhes forneçam o mínimo de segurança, conforto e motivação para a vida, como, por exemplos: a garantia do acesso à terra, permitindo que jovens de 16 e 32 anos possam ter autonomia sobre suas ações; políticas que garantam geração de trabalho e renda e permitam autonomia dos jovens na elaboração e na gestão do seu trabalho; do pedido de transformação do Pronaf Jovem em uma linha de crédito para produção agrícola e não-agrícola; e o acesso a uma educação do e no campo, pública, gratuita e de qualidade.

Não podem ser ignoradas as prioridades colocadas pelos Povos e Comunidades Tradicionais - que também tinham jovens representantes participando da conferência -, tais como: assegurar o direito dos povos e comunidades tradicionais, preservando suas culturas; promover a pesquisa e o reconhecimento da história das comunidades e povos tradicionais no sistema educacional oficial e garantir o acesso e a permanência da juventude no Ensino Superior.

1.2 A juventude faxinalense enquanto categoria social do território: considerações iniciais sobre território e as primeiras aproximações com os sujeitos da pesquisa

Ao corroborar com a compreensão de juventude enquanto categoria histórica, partimos do pressuposto da “compreensão de juventude rural enquanto categoria social do território”, onde a identidade jovem também se constitui a partir de sua relação com o espaço, o espaço enquanto território. Nesse sentido, não se trata de uma simples relação sociedade-espaço, mas de relações de poder.

Um dos sentidos dado ao território é o de representação da força, do poder. Sua posse e utilização podem garantir a vida, as condições para a existência das expressões e, por isso, quando em disputa, em risco, geram-se os conflitos territoriais. Estes acontecem porque as intenções de ocupação, manifestação e uso dos territórios existem com interesses antagônicos.

Cabe entender que o território “é uma produção a partir do espaço”, “é o resultado de uma ação conduzida por um ator sintagmático” (RAFFESTIN, 1993, p. 143-144), podendo ser “concebido a partir da imbricação de múltiplas relações de poder, do poder mais material das relações econômicas ao poder mais simbólico das relações de ordem mais estritamente cultural” (HAESBAERT, 2006, p. 74).

O espaço, tendo funcionalidade e significado para quem o habita, ganha o caráter de território. Mas cabe salientar que

[...] o território não é apenas o resultado da superposição de um conjunto de sistemas naturais e um conjunto de sistemas de coisas criadas pelo homem. O território é o chão e mais a população, isto é, uma identidade, o fato e o sentimento de pertencer àquilo que nos pertence. O território é a base do trabalho, da residência, das trocas materiais e espirituais da vida, sobre os quais ele influi. Quando se fala em território deve-se, pois, de logo, entender que se está falando em território usado, utilizado por uma dada população (SANTOS, 2003, p. 96-97).

Assim, compreende-se em Santos (2003) que, na produção do território, os elementos naturais e humanos se relacionam, compondo dimensões territoriais indissociáveis, as dimensões políticas, econômicas, culturais e naturais. Trata-se de apropriação e dominação ao mesmo tempo. E assim, suas formas revelam as necessidades manifestadas e os interesses de uma sociedade em seu tempo, ou no plural, das sociedades, cada uma expressando seus próprios tempos. Essas formas podem ser denominadas de territorialidades humanas.

A territorialidade humana pode ser vista como a(s) forma(s) do território, e assim é mais do que ser território, “são os conteúdos discursivos e não discursivos, resultados de ações e paixões” que revelam aos olhos de quem os vê o sentido daquele espaço ocupado e delimitado, suas potencialidades naturais, culturais, políticas e econômicas (HAESBAERT, 2006, p. 122). Para muitos seres humanos, desta forma, a territorialidade pode ser “uma estratégia geográfica, poderosa, para controlar os povos e suas coisas”, ou seja, “uma expressão geográfica preliminar do poder social [...] é o meio pelo qual sociedade e espaço estão relacionados” (SACK, 1986, p. 5).

E nesse caminho, territorializar-se [...] significa criar mediações espaciais que nos proporcionem efetivo poder sobre nossa reprodução enquanto grupos sociais (para alguns também enquanto indivíduo), poder este que é sempre multiescalar e multidimensional,

material e imaterial, de dominação e apropriação ao mesmo tempo (HAESBAERT, 2006, p. 97).

As mediações se estruturam e formam os símbolos territoriais, as territorialidades, iniciando pela nossa própria existência, se estendendo aos templos religiosos, aos espaços de trabalho, de produção, comercialização de mercadorias, de educação, as habitações, as vias de locomoção e de comunicação, os pontos de encontros e conversas, os cemitérios onde os corpos sem vida são deixados, os espaços de lazer, de manifestação cultural, a natureza *in natura* (florestas, cachoeiras, montanhas, vida animal selvagem, entre outros), assim como é o próprio ato de rezar, as próprias palavras faladas e/ou cantadas, a memória, os mitos e as crenças que preenchem as conversas, os pensamentos e os interesses que coordenam as ações, os costumes que manipulam um determinado uso de vestimentas, as condições financeiras, as danças típicas, entre outros.

Configuram-se as formas e os seus conteúdos, os *símbolos* territoriais, como *produção territorial*, “que revelam as relações de produção e conseqüentemente as relações de poder, e é decifrando-as que se chega à estrutura profunda (RAFFESTIN, 1993, p.150), seus diferentes significados e sentidos, criando a partir deles aquilo que Bourdieu (2007, p. 09) vai denominar de poder *simbólico*, “um poder de construção da realidade que tende a estabelecer uma ordem gnoseológica: o sentido imediato do mundo (e, em particular, do mundo social)”.

Para Bourdieu (2007, p. 10),

[...] os símbolos são os instrumentos por excelência da “integração social”: enquanto instrumentos de conhecimento e de comunicação, eles tornam possível o consenso acerca do sentido do mundo social que contribui fundamentalmente para a reprodução da ordem social.

Pode-se afirmar que o território é uno, mas composto por múltiplas dimensões territoriais, um conjunto de territorialidades e, por isso, é internamente multiterritorial. É resultado das diferentes estruturas e seus símbolos, suas dimensões econômicas, culturais, políticas e socioambientais, criando a partir dessas manifestações um “poder simbólico” sobre os que o habitam, e destes sobre outros, o que contribui para sua existência e reprodução, gerando um *sistema simbólico*.

Dessa forma,

[...] é enquanto instrumentos estruturados e estruturantes de comunicação e de conhecimento que os sistemas simbólicos cumprem sua função política de instrumento de imposição ou de legitimação de uma classe sobre outra (violência simbólica) dado o reforço da sua própria força às relações de força que as fundamentam [...] (BOURDIEU, 2007, p. 11).

Sendo o território internamente múltiplo em sua essência, constrói outra multiterritorialidade ao encontrar-se com territórios vizinhos que, por sua vez, possuem mediações, territorialidades diferentes, com outros símbolos, exercendo outros poderes simbólicos gerados a partir de seus diferentes “sistemas simbólicos”.

É com essa compreensão inicial de território que nos aproximamos cada vez mais da realidade faxinalense, que como mencionamos anteriormente se encontra em diferentes situações de conflitos – o que inclui os conflitos que a juventude possui com seu próprio modo de vida.

Ao compreendermos o jovem enquanto categoria social do território, abrimos a possibilidade de compreendermos estes como sujeitos em permanente movimento de ocupação e produção de espaço, quem produz e vive o território, alguém estratégico no processo de seleção e validação das territorialidades do presente e para o futuro, das continuidades e das descontinuidades. Assim, longe de ser apenas um sujeito em transição de sua fase infantil para uma vida adulta, torna-se um sujeito estratégico de poder.

Assim, inicialmente, foi realizada no dia 18/03/2011 uma reunião com a Coordenação Estadual da Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses⁷, no município de Irati, quando apresentamos a proposta de pesquisa, socializamos e debatemos as suas intenções. Nessa ocasião, como encaminhamento, ficou decidida a realização de uma oficina centralizada com aproximadamente 40 jovens oriundos de, pelo menos, 23 comunidades faxinalenses distintas.

2. A realização de uma oficina: pontuações metodológicas

A presente pesquisa pretende ser qualitativa e participativa, pressupondo, assim, que o processo de apreensão das diferentes realidades vividas pelos jovens faxinalenses seja resultado de um processo de permanente diálogo. Com essa pretensão, nos inspiramos nos pensamentos de Freire (1987, p. 86), onde a sugestão é “propor ao povo, através de certas contradições básicas, sua situação existencial, concreta, presente, como problema que, por sua vez, o desafia e, assim, lhe exige resposta, não só no nível intelectual, mas no nível da ação”.

⁷ A Articulação Puxirão dos Povos Faxinalenses se autodenomina um Movimento Social que agrega algumas das Comunidades Tradicionais de Faxinais do Estado do Paraná, são esses que, desde 2005, vem sistematizando e apresentando ao Estado e à Sociedade Civil suas demandas territoriais (questões fundiárias, conflitos socioambientais, políticas públicas específicas, entre outros) que resultaram de uma história de negação e marginalização de seu modo de vida.

Na oficina, embora a previsão fosse de 40 participantes, somente 29 jovens de 14 comunidades distintas compareceram, sendo 22 homens e 07 mulheres, moradores de diferentes faxinais, localizados em diferentes municípios paranaenses.

A oficina se estruturou em diferentes atividades, a começar por uma dinâmica de apresentação, na qual objetivamos integrar os jovens e ao mesmo tempo traçarmos um básico perfil demográfico do grupo. Para isso, nos utilizamos de uma dinâmica de trabalho que nos permitiu não só uma simples apresentação de nomes e dos locais de origem, mas também agrupamentos por gênero (quando todos puderam evidenciar a maior presença de homens na oficina); agrupamento por idade, 12 a 16 anos, entre 16 e 18 anos, acima de 18 anos; agrupamento entre solteiros e casados; de quem estuda e não estuda; trabalha e não trabalha; trabalha na propriedade dos pais ou trabalha fora da comunidade.

Após a dinâmica de apresentação, foi indagado aos jovens sobre qual seria o seu “norte”, ou ainda, para ele/ela, qual seria o caminho a ser seguido para o seu futuro ou para o futuro da comunidade.

Realizadas as reflexões sobre o futuro da juventude moradora dos/nos faxinais, houve a elaboração de um painel cujos participantes da oficina tinham que, a partir de suas realidades, escrever em tarjetas de papel as palavras-chave que lembrassem elementos típicos de suas comunidades, elementos e/ou fenômenos naturais, econômicos, políticos e culturais presentes em seus modos de vida.

Em seguida, em pequenos grupos, algumas indagações se fizeram presentes, as quais foram sistematizadas em papel cartaz, tais como: O que é e como é ser jovem na comunidade faxinalense? Como podemos caracterizar a vida do jovem no Faxinal? E como podemos caracterizar as relações com os jovens não faxinalenses, ou ainda, com realidades vividas fora dos faxinais?

Finalizada a atividade, os jovens se reuniram para pensar: A partir de suas realidades, considerando a vida do jovem no Faxinal, quais demandas podem ser pautadas, objetivando chegar aos órgãos públicos de Estado para a Gestão de Políticas Públicas? Por fim, os jovens presentes preencheram um pequeno formulário com questões abertas e fechadas que nos permitiram geografiar dados de gênero, educação, trabalho, relação com o território, entre outros.

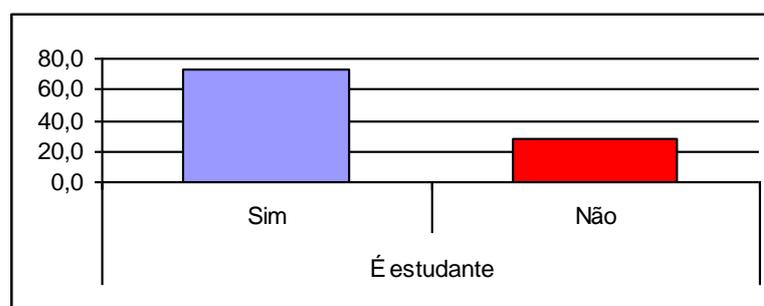
Foi a partir da sistematização dos resultados desse conjunto de atividades que pudemos constatar a interface entre educação e trabalho, como realidade vivida e como demanda formativa da juventude faxinalense.

3. Educação e Trabalho como uma demanda da juventude faxinalense: demanda da Educação do Campo?

3.1 Educação e Trabalho como realidade vivida e como demanda formativa da juventude faxinalense

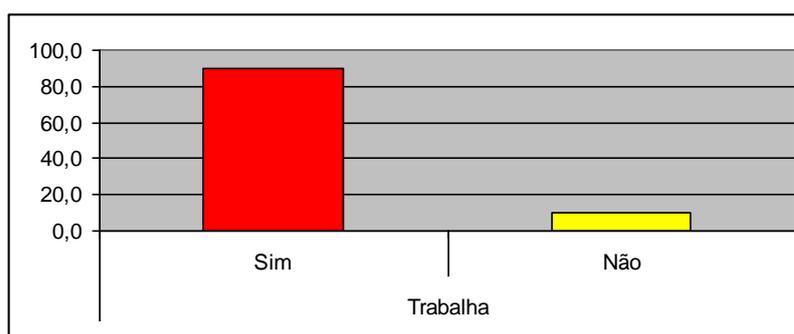
A partir da sistematização e organização do relatório de trabalho que originou das atividades realizadas com 29 jovens que participaram da oficina durante o IV ENCONTRO DOS POVOS DE FAXINAIS, entre muitas das características apresentadas sobre a vida jovem nos faxinais, encontramos a seguinte situação: “a maioria dos jovens divide seu tempo entre atividades que caracterizam como sendo ‘trabalho’ e a vida escolar” (Gráficos 1 e 2)

Gráfico 1 – Percentual de jovens que se declararam como sendo “estudantes” da Educação Básica



Fonte: SIMÕES, W. Relatório de Campo - 01, 2011.

Gráfico 2 – Percentual de jovens que se declararam como exercendo algum tipo de “trabalho”



Fonte: SIMÕES, W. Relatório de Campo - 01, 2011.

A partir das colocações dos jovens, evidenciamos que o trabalho foi apresentado de duas formas:

- 1) Como sendo parte do “modo de vida” com vistas à garantia da alimentação, tais como a tarefa de tirar leite, alimentar os animais, cuidar da horta, cultivar

alimentos (sem veneno), cultivo de erva-mate, do pinhão, milho, feijão, fumo, entre outros. Alguns chegaram a sintetizar que “Ser Faxinalense” é ser “Trabalhador”;

2) Como sendo necessário para geração de renda, como o trabalho com verduras em geral, leite, erva-mate, fumo, milho, entre outros.

No grupo de jovens que participaram das atividades e declararam exercer algum tipo de trabalho, somente 2 jovens não relataram desenvolver atividades ligadas à propriedade dos pais.

Quando o assunto se deslocou para o “estudo” e o papel da escola, os jovens apontaram que “estudar” é uma possibilidade para melhorar a qualidade de vida. Quando indagados sobre quais seriam os tipos de cursos que eles acreditam que poderiam contribuir para essa melhoria da qualidade de vida, surgiram: formação política, direito, economia, engenharia civil, agroecologia, agronomia, informática, técnicos florestais, veterinária, manejo sustentável da lavoura, cursos sobre cultura, artesanato, entre outros.

Somente três cursos não estariam ligados diretamente com o modo de vida dos faxinalenses, o que nos permite afirmar que o significado dado pelos jovens faxinalenses ao processo educacional, neste caso, tem uma forte relação com a qualificação para o trabalho, em particular, para o trabalho realizado nas comunidades em que habitam – demanda formativa da juventude.

Diante deste retrato, sinalizado pelos próprios jovens de diferentes comunidades faxinalenses, ainda se fazem presente outros questionamentos, tais como: O que seria para os jovens faxinalenses melhorar a qualidade de vida? Em que medida, jovens faxinalenses que saem de suas comunidades (em busca de estudo e trabalho, com o intuito de melhorar de vida) realmente estariam dispostos a voltar? Estariam as instituições de ensino, seja da Educação Básica, de Ensino Técnico-Profissional, Superior, entre outros, preparados para atender as demandas dessa juventude?

3.2 Educação e Trabalho, demanda da Educação do Campo? Reflexões e problematizações para o debate.

Diante de nossas reflexões, podemos afirmar que a realidade apresentada pela juventude faxinalense é apenas um retrato da Juventude Rural brasileira composta de muitos outros retratos jovens – no plural.

Os trabalhos de Ferreira e Alves (2009, p. 247-248), por exemplo, revelam que os jovens ocupados

[...] com idade entre 15 e 29 anos” constituem 32% do total dos ocupados em atividades rurais em 2007. Os denominados jovens-jovens, com idade entre 18 e 24 anos, constituem o maior subgrupo, com 48,6% do total de ocupados jovens. Em torno de 35% dos jovens rurais estão predominantemente envolvidos em atividades rurais não agrícolas – nem todos os jovens são agricultores.

Esses mesmos pesquisadores lembram de políticas que foram criadas para contribuir, tanto com a formação educacional-técnico-profissional, como para facilitar o financiamento para acesso à terra e condições de trabalho, entre estas políticas estariam “Programa Nossa Primeira terra; PRONAF Jovem e o ProJovem Campo Saberes da Terra. Sobre as políticas, complementam afirmando que

[...] é evidente que os atuais programas federais direcionados para jovens rurais são insuficientes para produzirem modificações significativas. Se forem bem sucedidos, ainda assim, terão efeitos positivos sobre parcelas mínimas de jovens rurais, podendo beneficiar apenas uma parcela limitada dos pertencentes a famílias pobres, sem terra ou com terra suficiente (FERREIRA; ALVES, 2009, p. 257).

Assim, tendo que a relação entre educação e trabalho é realidade vivida em diferentes realidades da Juventude Rural brasileira, em particular, a juventude faxinalense do estado do Paraná, esta não deve ser uma demanda da Educação do Campo, não só de pesquisas, mas com vistas ao desenvolvimento de políticas públicas educacionais?

Historicamente, as políticas educacionais brasileiras foram deixando à margem do atendimento escolar os sujeitos oriundos dos territórios rurais – aqui denominados sujeitos do campo⁸. Enquanto a escolarização era dada às elites econômicas agrárias e industriais do país, as periferias urbanas e camponesas eram excluídas do banquete da formação intelectual ou de uma qualificação profissional que respeitasse os seus interesses. Quando havia a possibilidade do acesso à escola, esta era precária ou tinha toda a pedagogia voltada para formar os sujeitos escolares para serem empregados dos patrões, dos fazendeiros, dos senhores de engenho, entre outros. Essa educação passou a ser chamada, na atualidade, de Educação Rural.

Mas desde o final dos anos de 1990, precisamente em 1997, considerando as conquistas postas na Constituição Brasileira de 1988, na Lei 9.394/96 que estabeleceu as Diretrizes e Bases para a Educação Nacional e os impactos negativos da histórica negação dos

⁸ Compreendemos como sujeitos do campo: os pequenos agricultores, os assentados e acampados da reforma agrária, os quilombolas, os faxinalenses, os ilhéus e ribeirinhos do interior e do litoral, os pescadores artesanais, os povos da floresta, as quebradeiras de coco, os jangadeiros, os cipozeiros e cipozeiras, entre outros.

sujeitos do campo e seus territórios nas políticas educacionais, os movimentos sociais de base política levantam uma bandeira pedagógica contrária à Educação Rural, a chamada Educação do Campo⁹.

A “Educação do Campo pensa o campo e sua gente, seu modo de vida, de organização do trabalho e do espaço geográfico, de sua organização política e suas identidades culturais, suas festas e seus conflitos”. Trata-se de uma perspectiva educacional que procura “romper com a alienação do território, construindo conhecimentos a partir da relação local – global – local” (MOLINA; FERNANDES, 2005, p. 64-68).

Ao se ancorar na concepção de Educação do Campo, proposta esta que nasce com princípios construídos a partir da realidade vivida pelos movimentos sociais do campo na luta pela Reforma Agrária (FERNANDES; MOLINA, 2005), nos livramos de amarras institucionais (em que somente os “espaços formais” de educação são legitimados) e passamos a considerar que os espaços e processos formativos¹⁰ se dão em diferentes lugares e territórios: nas relações de trabalho, nas práticas de ofícios tradicionais, nas manifestações culturais religiosas, nas organizações políticas e, também, nas escolas, entre outros¹¹.

Assim, a partir das colocações da realidade sinalizada pela juventude faxinalense, compreendemos que a relação entre Educação e Trabalho enquanto demanda formativa dos jovens é uma demanda formativa da Educação do Campo. Desta forma, cabe problematizar: Em que medida a perspectiva da Educação do Campo tem influenciado as políticas públicas educacionais, em particular, da educação de nível técnico-profissional?

Em um processo dialógico com a juventude faxinalense, ancorado na concepção de Educação do Campo, pretende-se na continuidade desta pesquisa construir um mosaico conceitual de elementos identitários de uma juventude ainda invisível, identificar e analisar os processos formativos que contribuem ou não para reprodução do seu modo de vida e/ou levantar as demandas de formação com vistas, em particular, a contribuir com os Movimentos Sociais e para orientação de políticas públicas.

Considerações finais

A pesquisa junto a jovens que habitam territórios das Comunidades Tradicionais de Faxinais, em sua fase inicial, nos permitiu apreender uma forte relação entre Educação e

⁹ Em 1997 foi realizado o I Encontro Nacional dos Educadores da Reforma Agrária e em 1998 a I Conferência Nacional por uma Educação Básica do Campo (podem ser considerados dois importantes marcos históricos).

¹⁰ Sobre análises de processos formativos oriundos dos “movimentos sociais populares”, também chamado de “Educação Popular” que se contrapõe à lógica de escolarização da chamada “Educação Formal” – “proposta pelo modelo “civilizatório” de escola, imposto pela modernidade”, ver Ribeiro (2010).

¹¹ Para essa discussão, considerar Meszáros (2008, 2. ed.).

Trabalho, como realidade vivida pelos jovens e como demanda formativa – o que passamos a compreender como demanda formativa à Educação do Campo.

As considerações, reflexões e problematizações dispostas neste texto têm como objetivo instigar o debate para, por meio dele, buscar elementos que contribuam para amadurecer uma agenda de pesquisa que pretende ser, *a priori*, movimentada.

Nesse sentido, essas considerações, reflexões e problematizações ficam abertas às contribuições teórico-epistemológicas, às trocas de experiências empíricas e às críticas construtivas, mesmo que já estejamos certos de alguns de nossos princípios, sobretudo ao considerar que nosso campo de pesquisa se dá no seio dos conflitos presentes no contexto dos Povos e Comunidades Tradicionais do Brasil e do estado do Paraná e seus Movimentos Sociais, pelo reconhecimento e respeito étnico e territorial, pelo acesso à terra e aos recursos naturais, entre os saberes tradicionais e o preconceito, entre concepções antagônicas de educação – a Educação Rural e a Educação do Campo, entre outros.

Bibliografia

- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de Almeida. **Terras de Quilombos, Terras Indígenas, Babaçuais Livres, Castanhais do Povo, Faxinais e Fundos de Pasto: Terras Tradicionalmente Ocupadas**. Coleção “Tradição e Ordenamento Jurídico”. v.2. Projeto: Nova Cartografia Social da Amazônia. PPGSCA, UFAM Fundação Ford. Manaus, 2006.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner Berno de; SOUZA, Roberto Martins de (Org). **Terras de Faxinais**. Manaus: Edições da Universidade do Estado do Amazonas – UEA, 2009.
- ALMEIDA, Alfredo Wagner B. de. Agroestratégias e desterritorialização: direitos territoriais e étnicos na mira dos estrategistas dos agronegócios. *In. Capitalismo globalizado e recursos territoriais*. Rio de Janeiro: Lamparina, 2010.
- BARBOSA, Thiago Augusto. **Território e Territorialidades do Sistema Faxinal: análise a partir da reconstrução histórica familiar na comunidade Taquari dos Ribeiros em Rio Azul/Pr**. Monografia de Graduação para o título de bacharel em Geografia pela UEPG. Ponta Grossa, 2007.
- BOURDIEU, Pierre. **O Poder Simbólico**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2007 (10ª Ed).
- CAMARANO; Ana A.; MELLO, Juliana Leitão de; KANSO, Solange. Um olhar demográfico sobre os jovens brasileiros. *In. Juventude e Políticas Sociais no Brasil*. Brasília: IPEA, 2009.
- CUNHA, Luiz Alexandre Gonçalves; SAHR, Cicilian Luiza Lowen. O significado social e ecológico dos Faxinais: reflexões acerca de uma política agrária sustentável para a região da mata com araucária no Paraná. *In. Revista Emancipação*. Universidade Estadual de Ponta Grossa. Departamento de Serviço Social. Editora UEPG, v.1 n.1 Ponta Grossa, 2005.
- DAYRELL, Juarez. O jovem como sujeito social. *In. Revista Brasileira de Educação*. Set/Out/Nov/Dez nº24. Rio de Janeiro, 2003.
- FAXINAIS, Articulação Puxirão dos Povos de. **Nova Cartografia Social dos povos e comunidades tradicionais do Brasil**. Fascículo 1. Paraná, 2007.
- FAXINAIS. **Faxinalenses: Fé, Conhecimentos Tradicionais e Prática de Cura**. Paraná: Associação Aprendizes da sabedora de Medicinais e Agroecologia – ASA, 2007b.

- FERREIRA, Brancolina; ALVES, Fábio. Juventude Rural: alguns impasses e sua importância para a agricultura familiar. *In*. CASTRO, Jorge Abraão de. (Org.) **Juventude e Políticas Sociais no Brasil**. Brasília: IPEA, 2009.
- HAESBAERT, Rogério. **O Mito da Desterritorialização**: do fim dos territórios à multiterritorialidade. Rio de Janeiro. Ed. Bertrand Brasil, 2006.
- Construção de um Projeto de Educação do Campo. *In*. MOLINA, Mônica Castagna; JESUS Sonia Meire Santos Azevedo de. (Org.) **Contribuições para a Construção de um Projeto de Educação do Campo**. Coleção por uma Educação do Campo, nº 5. Brasília, 2005.
- RAFFESTIN, Claude. **Por uma Geografia do Poder**. Editora Ática S.A. São Paulo, 1993.
- SACK, Robert D. **Human Territoriality: its theory and history**. Cambridge: Cambridge University Press, 1986.
- SAHR, Cicilian Luiza Löwen. Os Faxinais enquanto populações tradicionais e territórios sociais: algumas reflexões. *In*: **VI ENCONTRO NACIONAL DA ANPEGE**, 2005, Fortaleza. Comunicações Científicas e Coordenadas. Fortaleza: ANPEGE, 2005a. v.1. p. 123-136.
- SANTOS, Milton. **Por uma outra globalização**: do pensamento único à consciência universal. São Paulo: Ed. Record, 2003.
- SIMÕES, Willian. **Comunidades Tradicionais de Faxinais e Gestão de Políticas Públicas Educacionais: compreendendo territórios e territorialidades**. Universidade Estadual de Ponta Grossa: Dissertação de Mestrado, 2009.
- SIMÕES, Willian. Relatório de Campo – 01, 2011.
- SILVA, Vanda. **Jovens de um rural brasileiro**: socialização, educação e assistência. Campinas. Cad. Cedes. V.22 nº57, 2002.
- SOUZA, Regina Magalhães de. **Escola e juventude: o aprender a aprender**. São Paulo: EDUC/Paulus, 2003.
- WEISHEIMER, Nilson. **Juventudes Rurais – Mapa de Estudos Recentes**. Ministério do Desenvolvimento Agrário. NEAD-Estudos. Brasília, 2005.